



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Executiva de Contratações

**DESPACHO Nº 688/2024/DIRECON**  
**Processo nº 00200.021679/2023-19**

**Assunto:** Dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

**Objeto:** Software de dados econômicos.

**Órgão Técnico:** PRODASEN.

**Decisão:** Autorização para dispensa de licitação e realização de cotação de preços.

Senhor Diretor-Executivo de Contratações,

1. Trata-se de pretensão para dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup>, para contratação de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente pelo período inicial de 12 meses com a intenção de prorrogar por até 120 meses.
2. A aludida contratação visa ao atendimento da demanda número 0295/2022<sup>2</sup>, formalizada no Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal – SENiC.
3. A solicitação de contratação<sup>3</sup> foi submetida ao Comitê de Contratações, que deliberou favoravelmente sobre a instrução do feito, dispensou o Estudo Técnico Preliminar – ETP para a presente contratação, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Anexo II do Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 14/2022<sup>4</sup>, e incluiu a pretensão no Plano de Contratações sob o número sequencial 20240218<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> [Lei nº 14.133/2021](#), art. 75. É dispensável a licitação: **Inciso II** – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. *Valor atualizado para R\$ 59.906,02 por meio do [Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023](#).*

<sup>2</sup> **DFD nº 0295/2022:** NUP 00100.211719/2023-41.

<sup>3</sup> **Solicitação de contratação nº 1642:** 00100.211720/2023-75.

<sup>4</sup> **ADG nº 14/2022, Anexo II, art. 3º, § 1º** § 1º Poderá ser dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, desde que devidamente justificado pelo Órgão Técnico, quando, alternativamente: I - a sua realização mostrar-se incompatível, sob o ponto de vista da eficiência e economicidade, com a natureza e o valor do objeto da contratação; II - pelas circunstâncias e elementos consignados no documento de formalização da demanda, restar evidenciada, de forma inquestionável, a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração; (*Redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 25/2022*); III - a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração for previamente identificada a partir de processos de padronização, pré-qualificação e outros procedimentos similares.

**§ 2º** Compete ao Comitê de Contratações deliberar acerca da dispensa de realização de Estudo Técnico Preliminar nas hipóteses de que trata o § 1º deste artigo.

<sup>5</sup> **Extrato da Contratação nº 20240218:** NUP 00100.211721/2023-10.





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Executiva de Contratações

4. O Órgão Técnico elaborou o Termo de Referência<sup>6</sup>, Mapa de Riscos<sup>7</sup> e Pesquisa de Preços<sup>8</sup>, tendo obtido o valor estimado de R\$ 10.913,00 (dez mil, novecentos e treze reais) para a contratação.
5. A Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP, por meio do Ofício nº 0165/2024-COCVAP/SADCON<sup>9</sup>, listou os requisitos formais presentes nos autos e ratificou a pesquisa de preços realizada pelo Órgão Técnico, a qual tem validade até o dia 29/09/2024.
6. A Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR elaborou minuta de Aviso de Contratação Direta<sup>10</sup>, a qual foi aprovada pelo Órgão Técnico<sup>11</sup>.
7. A Advocacia do Senado Federal – ADVOSF analisou os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente com recomendações por meio do Parecer nº 347/2024-ADVOSF<sup>12</sup>.
8. A Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC informou que há disponibilidade orçamentária no exercício de 2024 para custear a despesa<sup>13</sup>.
9. A Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR realizou a instrução processual e emitiu o Relatório Conclusivo nº 025/2024-SEECOM/COCDIR/SADCON<sup>14</sup>. Quanto a tal ato de instrução, cumpre salientar que se encontra fora da alçada daquela unidade a avaliação quanto à suficiência das justificativas apresentadas pelo Órgão Técnico acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, bem como quanto à justificativa do preço da contratação, cuja atribuição é conferida a Vossa Senhoria, nos termos do inciso III do art. 10 do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022.
10. Eis o que cumpre relatar.
11. Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), à luz da legislação e do interesse público.
12. *Ab initio*, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos pelo Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 14/2022, que estabelece, no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos. São requisitos formais para o processo sob análise:

<sup>6</sup> **Termo de Referência:** NUP 00100.111830/2024-19.

<sup>7</sup> **Mapa de Riscos:** NUP 00100.211720/2023-75, fl. 2.

<sup>8</sup> **Pesquisa de preços:** NUP 00100.030001/2024-36, complementada pelo NUP 00100.044756/2024-18.

<sup>9</sup> **Ofício nº 0165/2024-COCVAP/SADCON:** NUP 00100.054151/2024-35.

<sup>10</sup> **Minuta de Aviso de Contratação Direta:** NUP 00100.099923/2024-68-1.

<sup>11</sup> **Despacho nº 37/2024 - SEAATE:** NUP 00100.112180/2024-29

<sup>12</sup> **Parecer nº 437/2024-ADVOSF:** NUP 00100.110046/2024-93.

<sup>13</sup> **Informação nº 457-COPAC/SAFIN:** NUP 00100.114384/2024-02.

<sup>14</sup> **Relatório Conclusivo nº 025/2024-COCDIR/SADCON:** NUP 00100.116332/2024-62.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- a. **Formalização da demanda:** o inciso I do artigo 72 da NLL determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o *caput* do art. 8º do ADG nº 14/2022<sup>15</sup>.
- b. **Estudo Técnico Preliminar:** ainda na lista de documentos exigidos pelo referido inciso I, tem-se o Estudo Técnico Preliminar (ETP), também requerido por força do § 3º do art. 9º do ADG *retro*<sup>16</sup>, o qual é analisado pelo Comitê de Contratações quando da deliberação sobre a contratação.
- c. **Solicitação de contratação:** trata-se de mecanismo interno para submissão do pleito ao Comitê de Contratações, cuja previsão encontra-se no § 2º do art. 9º do ADG nº 14/2022<sup>17</sup>.
- d. **Análise de riscos:** o inciso I do art. 72 da NLL, c/c com o *caput* do dispositivo, prevê que essa análise seja devidamente documentada, o que internamente foi disciplinado pelo inciso VII do § 2º do art. 9º do ADG em comento, que prevê a elaboração de Mapa de Riscos, em versão preliminar, compreendendo o risco da não efetivação da contratação, de modo a orientar a deliberação do Comitê de Contratações quanto à pertinência da contratação<sup>18</sup>.
- e. **Inclusão no Plano de Contratações:** conforme disposto no inciso I do art. 8º do Anexo V do RASF, compete ao Comitê de Contratações “aprovar anualmente o Plano de Contratações do Senado Federal”. Por sua vez, o inciso IV do mesmo artigo prevê que também compete ao colegiado “decidir sobre alterações no Plano”. Assim, a inclusão de novas contratações no Plano, mediante deliberação do Comitê, está prevista no art. 10 do ADG nº 14/2022<sup>19</sup>.
- f. **Termo de Referência:** todos os processos de contratação direta necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do art. 72 da NLL e, por força do art. 13 do normativo interno, tal documento será elaborado pelo Órgão Técnico<sup>20</sup>.

<sup>15</sup> [ADG nº 14/2022](#), art. 8º As demandas que venham a implicar abertura de processos de contratação, exceto acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP), deverão ser formalizadas pelo Órgão Demandante por meio da Central de Serviços ou do Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal - SENiC.

<sup>16</sup> [ADG nº 14/2022](#), art. 9º Compete ao Órgão Técnico, ao analisar as demandas recebidas, consolidar as que puderem ser contratadas conjuntamente e solicitar ao Comitê de Contratações que delibere sobre a contratação que as atenderá. § 3º Adicionalmente, quando couber, observado o disposto no Anexo II deste Ato, deverá ser elaborado o Estudo Técnico Preliminar da contratação (ETP).

<sup>17</sup> [ADG nº 14/2022](#), art. 9º, § 2º A solicitação de contratação ao Comitê de Contratações deverá ser formalizada pelo titular do Órgão Técnico por meio do SENiC, [...].

<sup>18</sup> [ADG nº 14/2022](#), art. 9º, § 2º A solicitação de contratação ao Comitê de Contratações deverá ser formalizada pelo titular do Órgão Técnico por meio do SENiC, contendo, no mínimo, as seguintes informações: **inciso VII** - Mapa de Riscos, em versão preliminar, que compreenderá apenas o risco da não efetivação da contratação.

<sup>19</sup> [ADG nº 14/2022](#), art. 10. Caberá ao Comitê de Contratações deliberar sobre as solicitações de contratação recebidas, conforme preconizado no RASF.

<sup>20</sup> [ADG nº 14/2022](#), art. 13. O Termo de Referência ou Projeto Básico conterá informações detalhadas do objeto e o seu valor estimado, devendo ser elaborado pelo Órgão Técnico de acordo com as normas estabelecidas pelo Anexo III deste Ato.





**SENADO FEDERAL**  
Diretoria-Executiva de Contratações

- g. **Valor estimado da contratação:** exigência legal do inciso II do art. 72 da Nova Lei de Licitações, é disciplinado internamente pelo § 2º do art. 14 do ADG nº 14/2022<sup>21</sup>.
- h. **Verificação preliminar:** o cumprimento das formalidades até então descritas é verificada no momento em que o processo é encaminhado à Secretaria de Administração de Contratações – SADCON para instrução, em respeito ao *caput* do art. 17 do ADG nº 14/2022<sup>22</sup>.
- i. **Ratificação da pesquisa de preços:** trata-se de mecanismo interno instituído para verificar se o Órgão Técnico realizou a pesquisa de preços conforme as normas vigentes, cuja previsão consta do inciso II do art. 17 do ADG nº 14/2022<sup>23</sup>.
- j. **Parecer jurídico:** previsto no inciso III do art. 72 da NLL e indispensável para as contratações do Senado Federal, conforme disposto no art. 22 do ADG *retro*<sup>24</sup>.
- k. **Previsão de recursos orçamentários:** o inciso IV do art. 72 da NLL requer a “demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”, formalidade também prevista no art. 23 do ADG<sup>25</sup>.
- l. **Manifestação conclusiva da SADCON:** ao encerrar a instrução do processo de contratação direta, a SADCON deve manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos legais nos autos, em atendimento ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022<sup>26</sup>.

<sup>21</sup> **ADG nº 14/2022, art. 14.** O valor estimado das contratações de bens e serviços deverá ser calculado a partir de cota aceitável de preços que reflita os valores de mercado, obtida por meio de pesquisa de preços. **§ 2º** Os procedimentos relativos à pesquisa de preços deverão observar as disposições contidas no Anexo VI deste Ato.

<sup>22</sup> **ADG nº 14/2022, art. 17.** Na verificação preliminar serão analisados os requisitos formais do processo, em especial a existência de: [...].

<sup>23</sup> **ADG nº 14/2022, art. 17, inc. II** – necessidade de ratificação da pesquisa de preços pela SADCON, observado o disposto no art. 18 deste Ato;

<sup>24</sup> **ADG nº 14/2022, art. 22.** Todos os processos que visem a uma contratação, independentemente do instrumento que a formalizará, serão submetidos à análise jurídica pela ADVOSF previamente à deliberação pela autoridade competente para os fins de que trata o art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021.

<sup>25</sup> **ADG nº 14/2022, art. 23.** Previamente ao encaminhamento dos autos para deliberação pela autoridade competente, a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN deverá se manifestar a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária para atender à contratação.

<sup>26</sup> **ADG nº 14/2022, art. 54.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser, com apoio do Órgão Técnico, instruído pela SADCON, em conformidade com as disposições deste Ato, da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação de regência. **§ 1º** A análise da conformidade jurídica da contratação direta, nos termos do §4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, será realizada pela ADVOSF, notadamente quanto à observância dos requisitos legais e regulamentares, bem como à incidência dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis e adequados às circunstâncias do caso concreto. **§ 2º** Observado o disposto no § 1º deste artigo, o setor da SADCON responsável pela instrução do processo de contratação direta deverá, ao encaminhar os autos à deliberação superior, manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos estabelecidos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 72 e, conforme o caso, nos §§ 1º a 5º do art. 74 ou nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, resguardada à autoridade competente a análise do mérito administrativo da contratação.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- m. **Requisitos de habilitação e qualificação:** a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme previsão do inciso V do art. 72 da NLL, será objeto de verificação somente após o procedimento de cotação de preços.
- n. **Razão de escolha do contratado:** a razão de escolha do contratado, para atendimento ao disposto no inciso VI do art. 72 da Nova Lei de Licitações, pode ser verificada no capítulo 2 (Forma de Contratação), seção 2.4 (Critério de julgamento da contratação) do modelo de Termo de Referência estabelecido pelo Senado Federal por força do art. 7º do Anexo III do ADG nº 14/2022, em especial o inciso IV do *caput* e o inciso I do § 5º, que estabelece o menor preço como critério de julgamento da cotação de preços<sup>27</sup>. Tal critério encontra amparo no inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021<sup>28</sup> e, consoante dito, fundamentará a escolha do contratado.
- o. **Justificativa de preço:** o preço estará devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da NLL, caso a cotação de preços seja bem-sucedida e obtenha proposta válida que seja inferior ao valor estimado da contratação.
- p. **Autorização da autoridade competente:** a autorização da autoridade competente para a contratação direta, prevista no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
- q. **Divulgação da autorização de contratação direta:** em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da NLL, bem como ao inciso II do § 2º do art. 59 do ADG nº 14/2022<sup>29</sup>, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.
- r. **Aviso de contratação direta:** conforme § 3º do art. 75 da NLL, bem como ao inciso I do § 2º do art. 59 do ADG nº 14/2022<sup>30</sup>, toda contratação direta em razão do valor deverá ser divulgada por meio de Aviso de Contratação Direta, pelo prazo mínimo de 3 dias úteis, no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

13. Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, **todos os requisitos formais estabelecidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e pelo ADG nº 14/2022 foram cumpridos – ou serão cumpridos oportunamente.**

<sup>27</sup> ADG nº 14/2022, Anexo III, art. 7º, § 5º Constituem critérios de julgamento: **Inciso I** - menor preço; [...].

<sup>28</sup> Lei nº 14.133/2021, art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: **Inciso I** - menor preço; [...].

<sup>29</sup> ADG nº 14/2022, art. 59, § 2º Em relação às contratações diretas, a SADCON deverá providenciar: **inciso II** - a disponibilização do ato de autorização da contratação direta exarado pela autoridade competente: **a)** no Portal da Transparência do Senado Federal; **b)** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

<sup>30</sup> ADG nº 14/2022, art. 59, § 2º Em relação às contratações diretas, a SADCON deverá providenciar: **inciso II** - a disponibilização do ato de autorização da contratação direta exarado pela autoridade competente: **a)** no Portal da Transparência do Senado Federal; **b)** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).







SENADO FEDERAL  
Diretoria-Executiva de Contratações

14. **Conclusio, esta Assessoria Técnica não vislumbra qualquer pendência a ser sanada neste momento da instrução processual.**

15. Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.

16. O PRODASEN, no Termo de Referência acostado ao NUP 00100.111830/2024-19, assim caracterizou o objeto da contratação:

**1. Objeto da contratação**

**1.1. Definição do objeto**

O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente pelo período de 12 meses com a intenção de prorrogar por até 120 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

17. No mesmo documento, a necessidade da contratação foi assim justificada:

**1.2. Justificativa para a contratação**

**1.2.1. Descrição da situação atual**

A equipe da IFI necessita de uma ferramenta que permita otimizar tarefas repetitivas como o download e o tratamento de dados econômicos e fiscais divulgados periodicamente, e possa dedicar mais tempo à atividade-fim da Instituição, qual seja, produzir análises técnicas, independentes e apartidárias que contribuam para a sustentabilidade das contas públicas.

Parte destas tarefas de download e tratamento de dados, por exemplo, aqueles do sistema SGS do Banco Central, pode, em alguma medida, ser automatizada pela IFI, mas a manutenção de uma base de dados completa, que atendesse às necessidades da Instituição, exigiria que o setor interrompesse os seus trabalhos analíticos semanalmente. Atualmente, a IFI conta com sete analistas para as análises econômicas. A assinatura de um serviço de banco de dados se mostra como a solução adequada para o trabalho da equipe.

A título de ilustração, entre as principais séries temporais que a IFI consumiria deste serviço estão aquelas divulgadas mensalmente pelo Tesouro Nacional, em seu Relatório do Tesouro Nacional (RTN). Ocorre que tais dados são disponibilizados em formato de arquivo Excel, e não através de uma API facilmente incorporável em um código (R, Python, VBA, etc.). Além disso, a estrutura das contas (rubricas) no RTN é modificada periodicamente pelo Tesouro. Um programa desenvolvido pela IFI para a leitura automática dos campos com dados do arquivo teria que sofrer manutenção frequente. Em contraste, uma ferramenta de dados econômicos oferece diversas séries temporais do RTN (como se nota no catálogo de séries do serviço), que estariam disponíveis de imediato para análise pelos servidores da IFI.

Como exemplo, o IFI avaliou uma ferramenta chamada Macrodados que atenderia integralmente às necessidades do setor no que se refere a uma ferramenta de dados econômicos e verificou que o custo da ferramenta é significativamente baixo comparado ao benefício que pode trazer em termos de produtividade. Uma assinatura, conforme verificação realizada site





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Executiva de Contratações

<https://www.macrodados.com.br/site/assinatura.htm> em 10 de novembro de 2023 compreende o valor de R\$ 890,00 por mês para um conjunto de 5 licenças.

18. Importa ressaltar, ainda, que o Órgão Técnico registrou no Termo de Referência a seguinte justificativa para a quantidade solicitada:

**1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada**

A quantidade de 7 (sete) licenças solicitadas reflete o número de analistas do IFI que utilizarão a ferramenta de dados econômicos.

19. O processo veio a esta Diretoria-Executiva de Contratações – DIRECON para aprovação do Termo de Referência<sup>31</sup>, autorização da contratação direta por dispensa de licitação<sup>32</sup> e autorização para realização da cotação de preços.

20. Quanto à legislação aplicável, o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 permite à Administração dispensar a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02<sup>33</sup> no caso de serviços e compras comuns. O valor estimado da contratação, de 10.680,00 (dez mil, seiscentos e oitenta reais), obtido pelo Órgão Técnico por meio da pesquisa de preços, foi ratificado pela COCVAP<sup>34</sup>, em atendimento ao art. 18 do ADG nº 14/2022.

21. Assim, no presente caso entende-se possível a utilização da faculdade de contratação direta conferida pelo legislador, visto que o valor estimado da contratação é inferior ao limite legal.

22. Ademais, por meio do Parecer nº 437/2024-ADVOSF<sup>35</sup>, a Advocacia concluiu pela regularidade jurídica do procedimento de dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas as recomendações contidas no respectivo parecer.

23. Quanto ao teor do mencionado parecer, destaca-se:

No caso em tela, verifica-se que o órgão técnico aduziu detalhada justificativa no item 1.2 do TR.

Dessa forma, a justificativa para a contratação direta reside na especificidade do objeto e seu potencial em agregar eficiência às atividades do órgão solicitante. Ademais, diante das especificações técnicas constantes do TR, os objetos da

<sup>31</sup> **ADG nº 14/2022, art. 24.** Os autos deverão ser encaminhados à Diretoria-Geral para aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico previamente à seleção do fornecedor.

<sup>32</sup> **Lei nº 14.133/2021, art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **Inciso VIII:** autorização da autoridade competente.

<sup>33</sup> **Lei nº 14.133/2021, art. 75.** É dispensável a licitação: **Inciso II** – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. *Valor atualizado para R\$ 59.906,02 por meio do [Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023](#).*

<sup>34</sup> **Ofício nº 0165-COCVAP/SADCON:** NUP 00100.054151/2024-35.

<sup>35</sup> **Parecer nº 437/2024-ADVOSF:** NUP 00100.110046/2024-93.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Executiva de Contratações

pretensa avença são distintos de outras contratações já firmadas pela Casa para objetos similares.

Mas há questão decorrente de incompletude da norma interna. As regras do art. 20 do Anexo III do ADG nº 14/2022 parecem estar voltadas para avaliação de fracionamento sob o prisma de contratações em curso. No entanto, o § 1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 determina a avaliação a partir da despesa realizada, ou seja, das contratações já efetivadas. **Assim, a questão deve ser abordada pela área técnica, porque é parte da justificativa para a dispensa de licitação.**

De todo modo, incumbe à autoridade emitir decisão de mérito fundamentada para dizer se acolhe ou rejeita as justificativas do órgão técnico deduzidas no item 1.2 do TR.

[...]

Quanto à minuta de contrato (Documento nº 00100.099923/2024-68-2), tratando-se de contratação de serviço contínuo, com possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 120 (cento e vinte) meses (Cláusula Décima Segunda da minuta), recomenda-se a **alteração** do teor de sua Cláusula Sexta, para que reste adequadamente prevista a possibilidade de reajuste a cada 12 (doze) meses de vigência da avença.

[...]

Diante de todo o exposto, desde que atendidas as recomendações contidas no presente parecer e que a autoridade competente delibere no sentido de autorizar a contratação direta, não se vislumbra óbice jurídico à pretendida contratação e o procedimento poderá seguir regular tramitação, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

24. Atendendo às recomendações da Advocacia, o Órgão Técnico acresceu o item 2.1.5 ao citado Termo de Referência, esclarecendo que “este tipo específico de software não foi contratado pelo Senado e, até o momento, não mantemos em nosso repositório de ativos de software nenhuma licença similar ao objeto da contratação”. Além disso, a SADCON promoveu alteração na Cláusula Sexta da minuta de contrato<sup>36</sup>, passando a prever a possibilidade de reajuste nos termos orientados pela ADVOSF. As demais recomendações referem-se aos atos administrativos que serão praticados na sequência da instrução processual.

25. A Coordenação de Contratações Diretas (COCDIR) entendeu que a contratação ora pretendida se encontrava apta para análise e decisão de mérito do ordenador de despesas<sup>37</sup>.

26. Por fim, para que o objeto possa ser contratado diretamente, por meio de dispensa de licitação, é preciso que seja observado o art. 56 do ADG nº 14/2022<sup>38</sup>. Dessa maneira,

<sup>36</sup> Minuta de contrato: NUP 00100.116332/2024-62-1, fl. 6

<sup>37</sup> Relatório conclusivo nº 025/2024-SEECON/COCDIR/SADCON: NUP 00100.116332/2024-62.

<sup>38</sup> ADG nº 14/2022, art. 56. Sempre que for necessário selecionar um fornecedor para contratações por meio de dispensa de licitação, a SADCON deverá realizar cotação de preços, nos termos do Anexo VIII deste Ato.







**SENADO FEDERAL**  
Diretoria-Executiva de Contratações

a cotação de preços será realizada *preferencialmente* de forma eletrônica, em atendimento ao § 1º do art. 1º do Anexo VIII do mesmo normativo<sup>39</sup> e ao § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021<sup>40</sup>.

27. **Ante todo o exposto**, diante das manifestações técnicas e jurídicas, expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, **esta Assessoria Técnica**, no exercício da competência prevista no inciso I do parágrafo único do art. 15 do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal – ROA<sup>41</sup>, **não vislumbra óbice à presente contratação**, razão pela qual encaminha-se o presente processo para decisão, nos termos do art. 9º, incisos IV e IX, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF<sup>42</sup>, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022, c/c inciso XI do art. 1º do Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 33/2017<sup>43</sup>.

28. Em caso de aprovação das justificativas apresentadas pelo Órgão Técnico acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, e desde que entenda justificada a dispensa da licitação, é necessário que seja aprovado o Termo de Referência constante do NUP 00100.111830/2024-19, assim como a minuta de contrato indexada ao NUP 00100.116332/2024-62-1; autorizada a contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro

<sup>39</sup> **ADG nº 14/2022, Anexo VIII, art. 1º, § 1º** Quando for viável, sob o prisma técnico e de gestão, o procedimento de cotação de preços deverá ser realizado, preferencialmente, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica do Governo Federal, [...].

<sup>40</sup> **Lei nº 14.133/2021, art. 75, § 3º** As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

<sup>41</sup> **ROA, Art. 15, parágrafo único, inciso I** - à Assessoria Técnica compete prestar assessoramento técnico à Diretoria-Executiva de Contratações; providenciar sobre o expediente, audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; receber, controlar, distribuir e analisar o material, o expediente e os processos encaminhados para a decisão de seu titular; executar análises, estudos e trabalhos técnicos; ponderar a eventual necessidade de complementação de instrução ou diligência, notadamente na hipótese de alegação de matéria de fato que necessite esclarecimento de outra unidade administrativa; sugerir soluções à luz da legislação pertinente e das normas internas; elaborar os respectivos despachos, instruções e decisões; preparar minutas de correspondências oficiais a serem expedidas; organizar e consolidar dados estatísticos; assessorar a Diretoria-Geral, no âmbito da Diretoria-Executiva de Contratações, no planejamento setorial, na gerência de programas e projetos, na elaboração e acompanhamento de planos de treinamento, na gestão de riscos e da segurança da informação, na melhoria de processos de trabalho e na consolidação de informações gerenciais; e executar outras atribuições correlatas; (Redação dada pelo Ato do Presidente nº 16/2023).

<sup>42</sup> **RASF, Anexo V, art. 9º** No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral: **Inciso IV** – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal. **Inciso IX** – designar para todo contrato, convênio, ajuste ou protocolo, um gestor e um substituto, ou comissão de gestão, indicados pelo titular da área interessada.

<sup>43</sup> **ADG nº 33/2017, art. 1º** Ficam delegadas as seguintes competências administrativas ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES e ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE GESTÃO, as quais poderão ser praticadas concorrentemente com o titular da Diretoria-Geral:

**Inciso XI** – realizar os atos previstos no art. 9º, do Anexo V ao Regulamento Administrativo do Senado Federal, exceto os disciplinados nos seus incisos XII e XIII.





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Executiva de Contratações

no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, autorizada a realização de cotação de preços; e que sejam designados os gestores indicados no Termo de Referência.

Brasília, 15 de julho de 2024.

Respeitosamente,

Revisão:

(assinado digitalmente)  
**JONAS MIRANDA DE SOUSA**  
Matrícula nº 333429

(assinado digitalmente)  
**LAÍS DE SANTANA ARAUJO**  
Assessora Técnica

**De acordo.** Adoto a análise como razão de decidir.

**Considerando** que os requisitos formais exigidos pelos incisos I, II, III e IV do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram atendidos, e que os demais incisos serão atendidos oportunamente, conforme informado pela Assessoria Técnica;

**Considerando** as justificativas acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, apresentadas pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, unidade administrativa que detém a expertise temática para o objeto conforme preconizado pelo art. 5º do ADG nº 14/2022 e definições constantes do Anexo I;

**Considerando** o valor estimado da contratação, obtido pelo Órgão Técnico na forma do art. 14 do ADG nº 14/2022 e ratificado pela COCVAP na forma do art. 18 do mesmo normativo;

**Considerando** a análise jurídica realizada pela ADVOSF, consoante ao disposto no art. 22 do ADG nº 14/2022;

**Considerando** a análise de disponibilidade orçamentária realizada pela SAFIN, em respeito ao art. 23 do ADG nº 14/2022;

**Considerando** a instrução realizada pela SADCON, em respeito ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022; e

**Considerando** a permissão legal do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

**Acolho a análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Executiva de Contratações e** demais informações constantes dos autos e, no exercício das competências estabelecidas pelo RASF, consolidado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017, delibero nos seguintes termos:



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Executiva de Contratações

- a. **APROVO**, nos termos do inciso IV do art. 9º do Anexo V do RASF, o Termo de Referência constante do NUP 00100.111830/2024-19, a Minuta de Aviso de Contratação Direta de NUP 00100.099923/2024-68-1 e a Minuta de Contrato de NUP 00100.116332/2024-62-1;
- b. **AUTORIZO**, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por dispensa de licitação ora pretendida;
- c. **AUTORIZO**, observados os §§ 1º e 2º do art. 1º do Anexo VIII do ADG nº 14/2022, a realização do procedimento de cotação de preços;
- d. **DESIGNO**, em atendimento ao inciso IX do art. 9º do Anexo V do RASF, conforme indicado pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, o Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de Tecnologia da Informação, como gestor, assim como o Serviço de Relacionamento com Mantenedores da Coordenação de Atendimento – SERMAN/COATEN como fiscal titular e o servidor Luis Ricardo Couto Borges, matrícula nº 105615, como fiscal substituto, para acompanhamento do ajuste que se originar deste processo.

Encaminhem-se os autos à Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral – AADGER para publicação da Portaria de Designação de Gestores nº 205/2024 e, em seguida, à COCDIR, para realização da cotação de preços e continuidade da instrução processual.

*(assinado digitalmente)*

**MATHEUS MATOSO DE OLIVEIRA**

Diretor-Executivo de Contratações em exercício





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Executiva de Contratações

**PORTARIA DA DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES**

Nº 205, de 2024

**O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, c/c o art. 1º, inciso XI, do Ato da Diretoria-Geral nº 33/2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.021679/2023-19,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de Tecnologia da Informação, como gestor, assim como o Serviço de Relacionamento com Mantenedores da Coordenação de Atendimento – SERMAN/COATEN como fiscal titular e o servidor Luis Ricardo Couto Borges, matrícula nº 105615, como fiscal substituto do ajuste que se originar do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de julho de 2024

*(assinado digitalmente)*

**MATHEUS MATOSO DE OLIVEIRA**

Diretor-Executivo de Contratações em exercício





SENADO FEDERAL

## COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90012/2024

#### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo nº 00200.021679/2023-19)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, torna pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.021679/2023-19, a realização de procedimento de Dispensa de Licitação, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, com o critério de seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à **aquisição de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente, para 7 (sete) usuários, para ambiente Windows, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, com a intenção de prorrogação por até 120 (cento e vinte) meses.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da sessão de lances, por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br. Os lances serão recebidos por **8 (oito) horas**.

**DATA: 26/07/2024**

**HORÁRIO DE ABERTURA: 08:00**

**HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DOS LANCES: 16:00**

**SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização na data marcada, a sessão será remarcada e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## CAPÍTULO I - DO OBJETO

**1.1 – O objeto da presente Dispensa de Licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de assinatura de software de dados econômicos **Macrodados ou equivalente**, para 7**





## SENADO FEDERAL

(sete) usuários, para ambiente Windows, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com os termos e especificações deste aviso e de seus anexos.

**1.1.1** – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Catálogo de Serviços–CATSER e as constantes deste aviso, prevalecerão as últimas.

## CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

**2.1** – Poderão participar desta Dispensa de Licitação **exclusivamente** as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as quais deverão estar previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**2.1.1** – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Dispensa de Licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2** – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do participante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2** – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste aviso e seus anexos.

**2.3** – Não poderão participar da presente Dispensa de Licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

**2.3.1** – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.2** – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.3** – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

**2.3.4** – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;



## SENADO FEDERAL

**2.3.5** – encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

**2.3.6** - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**2.3.7.** em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

**2.3.8** – não se encaixem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

**2.4** – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, será realizada consulta nas seguintes bases de dados:

**2.4.1** – SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.2** – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.4.3** – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

**2.4.4** - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**2.5** – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o fato será relatado em campo próprio do sistema e será concedido ao respectivo participante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação na disputa.

**2.6** - As sociedades cooperativas poderão participar desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e o declarem em campo próprio do sistema.

**2.7** – É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.



SENADO FEDERAL

### CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

**3.1** – O participante deverá cadastrar sua proposta inicial por meio do sistema eletrônico, o que garantirá o ingresso na disputa.

**3.2** – O participante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário e total de cada item**, observados o quantitativo e as especificações do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência ([Anexo 01](#)).

**3.2.1** – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.3** – Para o adequado cadastramento da proposta, o participante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste aviso.

**3.4** – O participante deverá cadastrar sua proposta observando os seguintes prazos e condições:

**3.4.1 – Prazo de entrega** de, no máximo, 10 dias úteis, contados a partir da celebração do contrato.

**3.4.2 – Prazo de validade das licenças** de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar da data de sua emissão, observado a Cláusula Sexta da Minuta de Contrato - Do Reajuste ([Anexo 3](#)).

**3.5** – A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte do participante, daqueles indicados neste aviso.

**3.6** – O participante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

**3.6.1** – que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

**3.6.2** – que tem ciência e concorda com todas as condições definidas neste aviso e em seus anexos;

**3.6.3** – que se responsabiliza pelas transações efetuadas no sistema;

**3.6.4** – que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; e

**3.6.5** – que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



## SENADO FEDERAL

**3.7** – O participante deverá declarar em campo próprio do sistema que atende aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.8** – Caso esteja disponível no sistema eletrônico, fica facultado ao participante, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

**3.8.1** – Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo participante e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

**3.8.1.1** – Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma prevista neste aviso.

**3.8.2** – O valor final mínimo poderá ser alterado pelo participante durante a sessão de lances, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

**3.8.3** – O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso para os demais participantes do certame e para o SENADO. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma do [Capítulo V](#) deste aviso.

**3.9** – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, o participante estará sujeito às sanções previstas neste aviso, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.10** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste aviso.

**3.11** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

**3.12** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste aviso e de seus anexos.

## CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

**4.1** – A abertura da sessão pública de lances será feita automaticamente pelo sistema na data e na hora indicadas no preâmbulo deste aviso no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**4.2** – Cabe ao participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão de lances, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.



## SENADO FEDERAL

**4.3** – No horário de encerramento indicado no preâmbulo deste aviso o sistema irá automaticamente encerrar a sessão de lances e proceder ao ordenamento e divulgação dos lances em ordem crescente de classificação.

**4.3.1** – O encerramento ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado e sem possibilidade de prorrogação.

**4.3.2** – Não haverá tempo aleatório ou mecanismo similar.

### **CAPÍTULO V – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** – Iniciada a sessão de lances, os participantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**5.2** – Durante o transcurso da sessão, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**5.3** – O participante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

**5.3.1** – O participante poderá oferecer lance superior ao menor registrado desde que seja inferior ao seu último lance.

**5.4** – Caso existam lances iguais ao menor ofertado prevalecerá aquele recebido e registrado primeiro no sistema.

**5.5** – Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.6** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**5.7** - Para a formulação dos lances, o participante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

### **CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**6.1** – A presente Dispensa de Licitação é destinada **exclusivamente** às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em conformidade com o art. 49, IV da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.2** – A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento do participante mais bem classificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá ser realizada consulta





## SENADO FEDERAL

ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo participante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura da sessão pública, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.2.1** - Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pelo participante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, será concedida ao participante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

**6.2.2** - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício ou mediante provocação de terceiro, que o participante esteja contemplado em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da Dispensa de Licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO VII – DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

**7.1** – O critério de seleção da melhor proposta será o de menor preço por item.

## CAPÍTULO VIII - DA NEGOCIAÇÃO

**8.1** – Após o encerramento da sessão de lances, caso seja constatado que a proposta do primeiro colocado é superior ao valor máximo estimado para a contratação, poderá ser realizada negociação para obtenção de condições mais vantajosas.

**8.1.1** – A negociação será realizada por meio do sistema.

**8.2.2** - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais participantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**9.1** – O participante vencedor deverá enviar sua proposta de preços formatada de acordo com o [Anexo 04](#) deste aviso e devidamente adequada ao último lance ou ao valor negociado.

**9.1.1** – Poderá ser solicitada a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.



## SENADO FEDERAL

**9.1.2** – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida, o participante será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste aviso.

**9.1.3** – A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso, desde que insanável.

**9.1.3.1** – O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do participante que ela seja demonstrada, conforme disposto na [alínea “d” do subitem 9.1.3](#).

**9.2** – A proposta mais bem classificada será examinada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas neste aviso e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência ([Anexo 01](#)).

**9.2.1** – O SENADO poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**9.2.2** - Havendo falhas na proposta, serão empreendidas diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

**10.1** – A habilitação dos participantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste aviso.

**10.1.1** – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, os participantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências.



## SENADO FEDERAL

**10.2** – Para fins de habilitação jurídica, será verificada a compatibilidade entre o objeto e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo dos participantes, conforme a natureza da pessoa jurídica.

**10.3** – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, o participante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

### **10.3.1** Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **10.3.2 - OUTROS DOCUMENTOS:**

a) O participante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no [item 3.6](#) deste aviso.

**10.4** – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração deverão ser enviados pelo participante.

**10.4.1** – O prazo para envio dos documentos de que trata o [item 10.4](#) é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do participante.

**10.4.2** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão.

**10.4.3** – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida, o participante será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste aviso.

**10.5** – O participante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

**10.5.1** – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, a qualquer momento poderá ser solicitado ao participante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do [item 10.4](#).

**10.6** – Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o [item 10.4](#), poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada, a apresentação de novos documentos de habilitação para:



## SENADO FEDERAL

- a) a aferição das condições de habilitação do participante decorrentes de fatos existentes à época da abertura da sessão de lances;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo participante.

**10.6.1** – A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do [item 10.7](#) e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao participante, implicando sua inabilitação.

**10.7** – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no [item 10.6](#), a título de diligência, poderá ser solicitado ao participante o envio de documentação complementar.

**10.7.1** – O envio dos documentos solicitados na forma do [item 10.7](#) seguirá as regras definidas nos [subitens 10.4.1 a 10.4.3](#).

**10.8** – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa participante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**10.8.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**10.8.2** – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**10.9** – Para fins de verificação das condições de habilitação, poderá ser realizada consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**10.10** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente sessão pública for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**10.10.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**10.11** – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação ao primeiro classificado, com fundamento no art. 160 da Lei nº



## SENADO FEDERAL

14.133/2021, o SENADO promoverá diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**10.11.1** – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

**10.11.2** – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, será oportunizado ao participante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo ele apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**10.11.3** – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, serão estendidos ao participante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração e:

- a) o participante será inabilitado por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) o fato será relatado à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização do participante pela prática de comportamento inidôneo.

## CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR





## **SENADO FEDERAL**

**11.1** – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este aviso.

**11.2** – Constatado que o participante detentor da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste aviso, será ele declarado vencedor.

### **CAPÍTULO XII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** – O objeto desta Dispensa de Licitação será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

**12.2** – A homologação desta Dispensa de Licitação compete ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

**12.3** – O objeto desta Dispensa de Licitação será adjudicado por item ao vencedor.

### **CAPÍTULO XIII – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1** – Após homologado o resultado desta Dispensa de Licitação, o SENADO convocará o adjudicatário para a assinatura do contrato ([Anexo 03](#)) dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste aviso e no instrumento contratual.

**13.1.1** - O prazo de convocação de que trata o item [13.1](#) poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**13.1.2** – Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da adjudicatária a possua, no mesmo prazo indicado no item [13.1](#).

**13.1.3** – O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da adjudicatária, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto neste item.

**13.2** – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

### **CAPÍTULO XIV – DAS PENALIDADES**

**14.1** – A recusa injustificada do adjudicatário assinar o contrato no prazo estabelecido no [item 13.1](#) caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa



## SENADO FEDERAL

de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

**14.2** – Caso a participante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**14.3** – Sem prejuízo das sanções previstas neste aviso e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**14.4** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1** – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente Dispensa de Licitação por parte do participante.

**15.2** – Integram este aviso os seguintes anexos: [Anexo 01](#) – Termo de Referência; [Anexo 02](#) – Especificações Técnicas; [Anexo 03](#) – Minuta de Contrato; e [Anexo 04](#) – Modelo de Apresentação de Proposta.

**15.3** – Os atos normativos do SENADO referenciados neste aviso podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

**15.4** - A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia ou por órgão que a suceder limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do sistema eletrônico Compras.gov.br.

**15.5** - As limitações operacionais porventura existentes no sistema eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o SENADO, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente à contratação.

## CAPÍTULO XVI – DO FORO

**16.1** – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da presente Dispensa de Licitação que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.



SENADO FEDERAL

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90012/2024

(Processo nº 00200.021679/2023-19)

**ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA**

TERMO DE REFERÊNCIA						
OBJETO	Aquisição de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente, para 7 (sete) usuários, para ambiente Windows, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 120 (cento e vinte) meses.					
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do Edital.					
CATSER	26077					
QUANTIDADE E PREÇO ESTIMADO	Item	Quantidade	Unidade de medida	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
	Único	7	Assinatura	Software de dados econômicos Macrodados ou equivalente para ambiente Windows	R\$ 1.559,00	R\$ 10.913,00 por ano
JUSTIFICATIVA	A equipe da IFI necessita de uma ferramenta que permita otimizar tarefas repetitivas como o download e o tratamento de dados econômicos e fiscais divulgados periodicamente, e possa dedicar mais tempo à atividade-fim da Instituição, qual seja, produzir análises técnicas, independentes e apartidárias que contribuam para a sustentabilidade das contas públicas.					
ADJUDICAÇÃO	Menor preço por item					
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Segunda da minuta de contrato (Anexo 3)					
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 3)					
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	As licenças serão instaladas nas estações de usuários a serem indicados pelo fiscal do contrato, na ocasião da entrega do objeto.					
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Nona da minuta de contrato (Anexo 3)					



SENADO FEDERAL

## COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90012/2024

(Processo nº 00200.021679/2023-19)

#### **ANEXO 02 - PECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

##### 1. Especificações técnicas do objeto

##### 1.1. Se local, o software deverá atender às seguintes especificações:

- Compatibilidade com equipamentos:
  - de plataforma Intel 64 bits;
  - com 200 Gb de armazenamento;
  - com 8 Gb de memória RAM;
  - com placa gráfica integrada.
- Compatibilidade com Sistemas Operacionais:
  - Microsoft Windows 10 e Windows 11 e superiores.
- Compatibilidade com Navegadores:
  - Microsoft Edge.
- Compatibilidade com Redes:
  - Ethernet TCP/IP.
- Compatibilidade com Sistema de E-mails:
  - Microsoft Exchange;
  - A autenticação é necessária, conforme documentação oficial do fabricante:

<https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/mail-flow-best-practices/how-to-set-up-a-multifunction-device-or-application-to-send-email-using-microsoft365-or-office-365>

<https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/client-developer/legacyprotocols/how-to-authenticate-an-imap-pop-smtp-application-by-using-oauth>

- Observações Adicionais:





## SENADO FEDERAL

- Não serão aceitos softwares com dependência do Internet Explorer, Adobe Flash e tecnologias descontinuadas ou sem suporte;
- Para integração com outros aplicativos, todos os módulos e licenças devem ser fornecidos sem custo adicional.

**1.1.1.** A base de dados do software deverá ser local e autogerenciada, caso exista. Não serão aceitos softwares que rodam em bases de dados que exigem administração externa, como os SGBDs convencionais de mercado. Justificativa: a utilização de SGBD convencionais em servidores específicos exige administração profissional, o que eleva os custos e a complexidade da contratação. Tem-se conhecimento de ferramenta de mercado que atende a demanda da área requisitante e o seu banco de dados é mantido e gerenciado localmente pela própria aplicação.

**1.2.** As funcionalidades do software deverão compreender no mínimo:

**1.2.1.** Acesso ilimitado aos indicadores do banco de dados.

**1.2.2.** Aplicativo com recursos para transformar os dados, fazer gráficos, análises e projeções.

**1.2.3.** Possibilidade de dados e gráficos serem visualizados e exportados para Word, Excel ou Powerpoint.

**1.2.4.** Importação de dados para atualização automática de planilhas Excel.

**1.2.5.** Ferramentas de econometria para relacionar dados próprios com os indicadores do banco de dados.

**1.2.6.** Realizar consultas a uma ampla base de dados econômicos atualizados, como dados macroeconômicos, setoriais e fiscais. No caso, uma ferramenta para acessar facilmente essas informações e com o dado mais recente disponível ou que permita atualizar facilmente essas informações quando houver atualização ou alteração destas séries. Entre as bases, o programa deve conter, pelo menos:

- Séries de atividade econômica do IBGE (PIM, PMS, PMC) e do Banco Central (IC-BR, IBCB)
- Séries com estatísticas de mercado de trabalho do IBGE (PNAD-Contínua ou PMS), Ministério do Trabalho (Caged/Novo Caged).
- Séries com estatísticas de política monetária do Banco Central (Taxa Selic, núcleo da meta de inflação, meta de inflação e séries de taxas de câmbio).
- Séries com estatísticas de inflação do IBGE (IPCA, IPCA-15 e INPC) e da FGV (IGP, IPA, IPC, INC e IGP-M).



## SENADO FEDERAL

- Séries com estatísticas de crédito do Banco Central.
- Séries com estatísticas de expectativas de mercado do Banco Central.
- Séries com estatísticas de política fiscal do Tesouro Nacional (resultado primário acima da linha), do Banco Central (resultado primário abaixo da linha/necessidade de financiamento do setor público).
- Séries com estatísticas de dívida pública do Banco Central (dívida líquida do setor público - DLSP e dívida bruta do governo geral - DBGG) e do Tesouro Nacional (estoque da dívida pública, emissão de títulos, indexadores, duração e custo médio).
- Séries com estatísticas de taxas de juros (taxa TR, TJLP, TLP, CDI).
- Séries com estatísticas de contas nacionais do IBGE (PIB, deflator implícito, composição do PIB pelas óticas do dispêndio, produção e renda), Banco Central (estimativa de PIB mensal).
- Séries com estatísticas de economia internacional, com informações do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e FED.

### 1.3. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Especificações	CATSER
Único	7	Assinatura	Plano de assinatura de ferramenta de dados econômicos Macrodados ou equivalentes para ambiente Windows pelo período de 12 meses para 7 usuários.	26077

## 2. Critérios e práticas de sustentabilidade

**2.1.** Tendo em vista a natureza do objeto (ou “as condições de prestação do objeto” ou “as especificidades do objeto”) do presente Aviso, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.



**SENADO FEDERAL**

**COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90012/2024**

**(Processo nº 00200.021679/2023-19)**

**ANEXO 03 - MINUTA DE CONTRATO**

<b>MINUTA DE CONTRATO</b>
---------------------------



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETAS**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º \_\_\_\_/20\_\_**

**(Processo n.º \_\_\_\_\_)**

**ANEXO 04 - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

O participante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que retirará a nota de empenho, conforme modelo abaixo, nos termos do [Capítulo IX](#) - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º ____/____</b>						
<b>Data de abertura:</b>						
<b>Nome da empresa:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>Endereço:</b>						
<b>CEP:</b>						
<b>Telefone: (DDD)</b>						
<b>E-mail:</b>						
<b>Dados Bancários:</b>						
<b>Nome do Representante legal da empresa:</b> (que irá retirar a nota de empenho)						
<b>CPF:</b> (do representante legal da empresa que irá retirar a nota de empenho)						
<b>RG/órgão emissor:</b> (do representante legal da empresa que retirará a nota de empenho)						
<b>Instrumento de outorga de poderes:</b> (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
<b>Certificação digital:</b> O representante legal da empresa que retirará a nota de empenho possui certificação digital ICP Brasil? ( ) Sim ( ) Não						
<b>ITEM</b>	<b>QUANT.</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$</b>

**Instruções de preenchimento:**

O participante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no aviso de contratação direta.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL/

Processo NUP **00200.021679/2023-19**.

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **XXXXXXXXXX**, para a aquisição de assinatura de software de dados econômicos.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e o \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, CNPJ-MF nº **XX.XXX.XXX/000X-XX**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CI. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **dispensa de licitação** com base no **art. 75, inciso II**, da Lei nº 14.133/2021, autorizada pelo Senhor Diretor-Executivo de Contratações, conforme documento digital nº \_\_\_\_\_ do Processo nº \_\_\_\_\_, observado o Parecer nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ – ADVOSF, documento digital nº \_\_\_\_\_, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, e o Termo de Referência, documento digital nº \_\_\_\_\_, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a aquisição de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente, para ambiente Windows, para 7 (sete) usuários, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, prorrogáveis até o limite de 120 (cento e vinte) meses, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do aviso de contratação direta.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As descrições, especificações e quantidades dos serviços constam do **Anexo 01** deste contrato.



SENADO FEDERAL/

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso.
- V** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O prazo de instrução referido no **Parágrafo Sexto** desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.





SENADO FEDERAL/

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato **no prazo de até 10 (dez) dias úteis** a contar da celebração do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No prazo informado no *caput* desta cláusula, a CONTRATADA deve disponibilizar, por e-mail enviado ao fiscal do contrato, todas as informações necessárias para a utilização do *software*, incluindo o *link* para *download* e as informações de *login*.



## SENADO FEDERAL/

**I** - Caso a utilização do *software* se faça por meio de navegador, todas as informações para acesso ao sistema deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Após o recebimento dos dados informados no [parágrafo anterior](#), o fiscal do contrato providenciará junto à área requisitante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a instalação do *software* contratado e os testes para a sua utilização.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA, no prazo informado no [caput desta cláusula](#), deverá enviar ao fiscal do contrato, por e-mail, o comprovante de emissão das licenças objeto deste contrato ou informar o meio por onde essa comprovação poderá ser feita, a exemplo dos consoles de administração de licenças.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As licenças deverão ser emitidas pela CONTRATADA em nome do Senado Federal ou para os usuários indicados pelos fiscais do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O prazo de validade das licenças deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Constatadas quaisquer irregularidades nas licenças entregues, o SENADO poderá:

**I** – se disser respeito à sua especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito; e

**II** – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O prazo para a entrega das licenças, conforme disposto no [caput desta Cláusula](#), poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Para os fins previstos no [parágrafo anterior](#), a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo estipulado no [caput desta Cláusula](#).

**PARÁGRAFO NONO** – Ressalvadas quaisquer atualizações ou novas indicações que o SENADO e a CONTRATADA julguem necessárias no curso da vigência do Contrato, a comunicação entre as partes se dará pelos e-mails abaixo:

**I** – [serman@senado.leg.br](mailto:serman@senado.leg.br); e



SENADO FEDERAL/

**II** – [ngacti@senado.leg.br](mailto:ngacti@senado.leg.br) (para os assuntos relacionados à gestão contratual).

**III** – Após a celebração deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá fornecer ao SENADO seu e-mail institucional para as futuras comunicações decorrentes do ajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

**I – Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após verificação das quantidades, especificações técnicas contratuais e testes bem-sucedidos de instalação e uso;

**II – Definitivamente**, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade (usuários)	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Único	Assinatura de <i>Software</i>	7	Software de dados econômicos Macrodados ou equivalente para ambiente Windows	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ XXXX	

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor total estimado do presente instrumento é de **R\$ XXX (XXXXX)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da



## SENADO FEDERAL/

nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada de nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no [Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta](#).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na [Cláusula Décima](#).

**PARÁGRAFO QUARTO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada, ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do [parágrafo segundo desta cláusula](#) será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no [parágrafo segundo desta cláusula](#) e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$   $I = 6 / 100 / 365$   $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) ou, na impossibilidade de se utilizar esse, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou por outro indicador que venha a substituí-lo.



## SENADO FEDERAL/

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O reajuste levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

**I** – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

**II** – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no **inciso I deste Parágrafo** for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

### CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ e Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato, sujeitando-se às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;



SENADO FEDERAL/

**III** – impedimento de licitar e contratar; e

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

**I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**II** - der causa à inexecução total do contrato;

**III** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**IV** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**V** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do [Parágrafo Segundo](#) que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

**I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

**II** - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





## SENADO FEDERAL/

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em conjunto com as sanções dos [Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro](#) a autoridade competente poderá:

**I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

**II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**I** - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**II** - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**III** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**PARÁGRAFO SEXTO** – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

**I** - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A não apresentação da documentação prevista no [Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta](#) ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

**I** – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos [incisos I e II do Parágrafo Quarto](#).

**PARÁGRAFO NONO** – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do [Parágrafo Décimo Primeiro](#) e sem prejuízo das demais sanções.



## SENADO FEDERAL/

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos [Parágrafos Quinto e Nono](#), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

**I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** – as peculiaridades do caso concreto;

**III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** – os danos que dela provierem para o SENADO FEDERAL;

**V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**VI** – a não reincidência da infração;

**VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

**VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no [Parágrafo Décimo Primeiro](#).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.



## SENADO FEDERAL/

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A extinção do contrato poderá ser:

- I** – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato terá início na data da sua celebração; e se encerrará após 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da entrega definitiva de todo material pela CONTRATADA, nos termos do [Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta](#), podendo ser prorrogado sucessivamente por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em atenção ao [Parágrafo anterior](#), exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

- I** - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de penalidade na forma do [Inciso II, do Parágrafo Segundo, da Cláusula Décima](#) deste contrato.
- II** - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.



SENADO FEDERAL/

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de     de 20\_\_

**DIRETORA-GERAL**

**SENADO FEDERAL**

**Representante da Contratada**

**RG n.º** \_\_\_\_\_

**CPF n.º** \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

**DIRETOR**

**DIRETOR**



SENADO FEDERAL/

## ANEXO 01

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

#### **1. Especificações técnicas do objeto**

##### **1.1. Se local, o software deverá atender às seguintes especificações:**

- Compatibilidade com equipamentos:
  - de plataforma Intel 64 bits;
  - com 200 Gb de armazenamento;
  - com 8 Gb de memória RAM;
  - com placa gráfica integrada.
- Compatibilidade com Sistemas Operacionais:
  - Microsoft Windows 10 e Windows 11 e superiores.
- Compatibilidade com Navegadores:
  - Microsoft Edge.
- Compatibilidade com Redes:
  - Ethernet TCP/IP.
- Compatibilidade com Sistema de E-mails:
  - Microsoft Exchange;
  - A autenticação é necessária, conforme documentação oficial do fabricante:

<https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/mail-flow-best-practices/how-to-set-up-a-multifunction-device-or-application-to-send-email-using-microsoft365-or-office-365>

<https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/client-developer/legacyprotocols/how-to-authenticate-an-imap-pop-smtp-application-by-using-oauth>

- Observações Adicionais:
  - Não serão aceitos softwares com dependência do Internet Explorer, Adobe Flash e tecnologias descontinuadas ou sem suporte;
  - Para integração com outros aplicativos, todos os módulos e licenças devem ser fornecidos sem custo adicional.

**1.1.1.** A base de dados do software deverá ser local e autogerenciada, caso exista. Não serão aceitos softwares que rodam em bases de dados que exigem administração externa, como os



## SENADO FEDERAL/

SGBDs convencionais de mercado. Justificativa: a utilização de SGBD convencionais em servidores específicos exige administração profissional, o que eleva os custos e a complexidade da contratação. Tem-se conhecimento de ferramenta de mercado que atende a demanda da área requisitante e o seu banco de dados é mantido e gerenciado localmente pela própria aplicação.

**1.2.** As funcionalidades do software deverão compreender no mínimo:

**1.2.1.** Acesso ilimitado aos indicadores do banco de dados.

**1.2.2.** Aplicativo com recursos para transformar os dados, fazer gráficos, análises e projeções.

**1.2.3.** Possibilidade de dados e gráficos serem visualizados e exportados para Word, Excel ou Powerpoint.

**1.2.4.** Importação de dados para atualização automática de planilhas Excel.

**1.2.5.** Ferramentas de econometria para relacionar dados próprios com os indicadores do banco de dados.

**1.2.6.** Realizar consultas a uma ampla base de dados econômicos atualizados, como dados macroeconômicos, setoriais e fiscais. No caso, uma ferramenta para acessar facilmente essas informações e com o dado mais recente disponível ou que permita atualizar facilmente essas informações quando houver atualização ou alteração destas séries. Entre as bases, o programa deve conter, pelo menos:

- Séries de atividade econômica do IBGE (PIM, PMS, PMC) e do Banco Central (IC-BR, IBCB)
- Séries com estatísticas de mercado de trabalho do IBGE (PNAD-Contínua ou PMS), Ministério do Trabalho (Caged/Novo Caged).
- Séries com estatísticas de política monetária do Banco Central (Taxa Selic, núcleo da meta de inflação, meta de inflação e séries de taxas de câmbio).
- Séries com estatísticas de inflação do IBGE (IPCA, IPCA-15 e INPC) e da FGV (IGP, IPA, IPC, INC e IGP-M).
- Séries com estatísticas de crédito do Banco Central.
- Séries com estatísticas de expectativas de mercado do Banco Central.
- Séries com estatísticas de política fiscal do Tesouro Nacional (resultado primário acima da linha), do Banco Central (resultado primário abaixo da linha/necessidade de financiamento do setor público).





## SENADO FEDERAL/

- Séries com estatísticas de dívida pública do Banco Central (dívida líquida do setor público - DLSP e dívida bruta do governo geral - DBGG) e do Tesouro Nacional (estoque da dívida pública, emissão de títulos, indexadores, duração e custo médio).
- Séries com estatísticas de taxas de juros (taxa TR, TJLP, TLP, CDI).
- Séries com estatísticas de contas nacionais do IBGE (PIB, deflator implícito, composição do PIB pelas óticas do dispêndio, produção e renda), Banco Central (estimativa de PIB mensal).
- Séries com estatísticas de economia internacional, com informações do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e FED.
- **1.3.** Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Especificações
Único	7	Assinatura	Plano de assinatura de ferramenta de dados econômicos Macrodados ou equivalente para ambiente Windows pelo período de 12 meses para 7 usuários.

## 2. Critérios e práticas de sustentabilidade

**2.1.** Tendo em vista a natureza do objeto (ou “as condições de prestação do objeto” ou “as especificidades do objeto”) do presente contrato, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.



SENADO FEDERAL  
PRODASEN

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA ASSINATURA DE SOFTWARE DE DADOS  
ECONÔMICOS**





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

## SUMÁRIO

1. Objeto da contratação .....	3
2. Forma de contratação .....	4
3. Requisitos do fornecedor .....	5
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação .....	6
5. Modelo de gestão .....	7
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto .....	7
7. Obrigações da Contratada .....	7
8. Regime de execução .....	8
9. Condições de recebimento do objeto .....	9
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual.....	10
11. Forma de pagamento .....	10
12. Condições de reajuste .....	10
13. Garantia contratual.....	10
14. Plano de contratações.....	11
15. Responsável pela elaboração do TR .....	11
ANEXO I .....	12
1. Especificações técnicas do objeto .....	12
2. Critérios e práticas de sustentabilidade.....	14
ANEXO II.....	15
1. Valor estimado da contratação.....	15





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

## **TERMO DE REFERÊNCIA - (PRODASEN)**

### **1. Objeto da contratação**

#### **1.1. Definição do objeto**

O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente pelo período de 12 meses com a intenção de prorrogar por até 120 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### **1.2. Justificativa para a contratação**

##### **1.2.1. Descrição da situação atual**

A equipe da IFI necessita de uma ferramenta que permita otimizar tarefas repetitivas como o download e o tratamento de dados econômicos e fiscais divulgados periodicamente, e possa dedicar mais tempo à atividade-fim da Instituição, qual seja, produzir análises técnicas, independentes e apartidárias que contribuam para a sustentabilidade das contas públicas.

Parte destas tarefas de download e tratamento de dados, por exemplo, aqueles do sistema SGS do Banco Central, pode, em alguma medida, ser automatizada pela IFI, mas a manutenção de uma base de dados completa, que atendesse às necessidades da Instituição, exigiria que o setor interrompesse os seus trabalhos analíticos semanalmente. Atualmente, a IFI conta com sete analistas para as análises econômicas. A assinatura de um serviço de banco de dados se mostra como a solução adequada para o trabalho da equipe.

A título de ilustração, entre as principais séries temporais que a IFI consumiria deste serviço estão aquelas divulgadas mensalmente pelo Tesouro Nacional, em seu Relatório do Tesouro Nacional (RTN). Ocorre que tais dados são disponibilizados em formato de arquivo Excel, e não através de uma API facilmente incorporável em um código (R, Python, VBA, etc.). Além disso, a estrutura das contas (rubricas) no RTN é modificada periodicamente pelo Tesouro. Um programa desenvolvido pela IFI para a leitura automática dos campos com dados do arquivo teria que sofrer manutenção frequente. Em contraste, uma ferramenta de dados econômicos oferece diversas séries temporais do RTN (como se nota no catálogo de séries do serviço), que estariam disponíveis de imediato para análise pelos servidores da IFI.

Como exemplo, o IFI avaliou uma ferramenta chamada Macrodados que atenderia integralmente às necessidades do setor no que se refere a uma ferramenta de dados econômicos e verificou que o custo da ferramenta é significativamente baixo comparado ao benefício que pode trazer em termos de produtividade. Uma assinatura, conforme verificação realizada no site <https://www.macrodados.com.br/site/assinatura.htm> em 10 de novembro de 2023 compreende o valor de R\$ 890,00 por mês para um conjunto de 5 licenças.





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

### **1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada**

A quantidade de 7 (sete) licenças solicitadas reflete o número de analistas do IFI que utilizarão a ferramenta de dados econômicos.

### **1.2.3. Resultados esperados com a contratação**

A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo adquirir um serviço de assinatura de software que permita ao IFI otimizar tarefas repetitivas como o download e o tratamento de dados econômicos e fiscais divulgados periodicamente, e dedicar mais tempo à atividade-fim da Instituição representada pela produção de análises técnicas, independentes e apartidárias que contribuam para a sustentabilidade das contas públicas.

### **1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido**

Não se aplica, considerando que se trata de contratação de novo serviço no Senado.

## **2. Forma de contratação**

### **2.1. Tipo de contratação**

**2.1.1.** A contratação deverá ser realizada por meio de contratação direta, mediante dispensa de licitação, considerando-se o valor da contratação e o amparo pelo inciso II do art. 75 da lei 14.133/21.

**2.1.2.** O órgão técnico não tem conhecimento de Ata de Registro de Preços vigente para aquisição do objeto.

**2.1.3.** Não há possibilidade de inclusão do objeto da presente contratação como item autônomo em outro procedimento licitatório, pois trata-se de um software financeiro sem qualquer outra contratação correlata, o que inviabiliza sua aquisição em conjunto a outro objeto, devido à sua natureza integrada e especializada.

**2.1.4.** Até o presente momento, não há previsão de demanda, no Senado Federal, por itens que possam ser adquiridos conjuntamente ao objeto deste Termo de Referência em razão de suas características e funcionalidades únicas.

**2.1.5.** Este tipo específico de software não foi contratado pelo Senado e, até o momento, não mantemos em nosso repositório de ativos de software nenhuma licença similar ao objeto da contratação.

### **2.2. Modalidade de contratação direta**

**2.2.1.** Será adotada a modalidade “dispensa de licitação” para a aquisição do objeto deste Termo de Referência.





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

### **2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP**

**2.3.1.** Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

**2.3.2.** A não adoção do Sistema de Registro de Preços se dá em virtude de o serviço de assinatura de software não ter as suas entregas parceladas, não possuir necessidade de contratações frequentes, não ser remunerado por unidade de medida ou em regime de tarefa, não ser para atendimento de mais de um órgão ou entidade, ou então a programas de governo, e tem seu quantitativo previamente conhecido.

### **2.4. Critério de julgamento da contratação**

**2.4.1.** Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora a proposta que, atendidas as especificações do edital, oferete o menor preço para o objeto, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.2.** O referido critério é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

### **2.5. Critério de adjudicação da contratação**

**2.5.1.** O objeto da Dispensa de Licitação decorrente desse Termo de Referência será adjudicado por item ao(à) participante vencedor(a).

### **2.6. Participação ou não de consórcios de empresas**

**2.6.1.** Não se aplica.

### **2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto**

**2.7.1.** Não será permitida a subcontratação.

### **2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP**

**2.8.1.** Será aplicado o tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP, nos termos do artigo 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006.

## **3. Requisitos do fornecedor**

### **3.1. Necessidade de vistoria**





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

**3.1.1.** Não se aplica, em virtude de o objeto tratar de assinatura de licenças de software simples.

**3.2. Capacidade Técnica**

**3.2.1.** Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelo(s) fornecedor(es), porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade que requeira a comprovação de qualificação técnica pelo(s) fornecedor(es). Ademais, não há legislação que regule requisitos específicos para a aquisição do objeto em tela.

**3.2.2. Qualificação econômico-financeira**

**3.2.2.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**3.2.2.2.** A exigência da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial acima é razoável uma vez que visa demonstrar a aptidão da contratada para cumprir as obrigações decorrentes do futuro ajuste, atende o disposto nos artigos 69 e 70, III, da Lei 14.133/2021.

**3.2.3. Necessidade de apresentação de amostras.**

**3.2.3.1.** O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

**4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação**

**4.1. Formalização do ajuste**

**4.1.1.** A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que a contratação objetiva a prestação de serviço de assinatura de licenças, para o qual há o interesse das áreas requisitantes na continuidade do serviço, que se dará em forma de prorrogação contratual.

**4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste**

**4.2.1.** O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da data de emissão das licenças, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.2.** A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve ao fato de os serviços serem viabilizados por meio de assinatura, e em caso de interrupção restarão frustrados







SENADO FEDERAL  
PRODASEN

os ganhos pretendidos pelo órgão requisitante no que se refere a otimização de tarefas e melhoras na qualidade da prestação de sua missão institucional.

**4.2.3.** Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

**4.2.4.** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

## **5. Modelo de gestão**

### **5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste**

**5.1.1.** O papel do Gestor do Contrato e do Gestor Substituto deste contrato será desempenhado pelo setor NGACTI. O Fiscal Técnico designado será o setor COATEN/SERMAN e o fiscal substituto será servidor Luis Ricardo Couto Borges, matr. 105615. Além disso, o Fiscal Requisitante, conforme a IN 1/2019, será Thuane Vieira Rocha da Silva, matrícula 321129.

### **5.2. Forma de comunicação entre as partes**

**5.2.1.** A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio da seguinte caixa de e-mail: [serman@senado.leg.br](mailto:serman@senado.leg.br).

**5.2.2.** Para assuntos relacionados à gestão contratual, a comunicação deve-se dar pela seguinte caixa de e-mail: [ngacti@senado.leg.br](mailto:ngacti@senado.leg.br).

**5.2.3.** Após a assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer e-mail para contato em até 5 (cinco) dias úteis.

## **6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto**

**6.1.** A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência, em uma única parcela e plenamente funcional, no prazo de até 10 dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

## **7. Obrigações da Contratada**

**7.1.** São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

- 7.1.1.** manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- 7.1.2.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.1.3.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;
- 7.1.4.** manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- 7.1.5.** manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.
- 7.1.6.** responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;
- 7.1.7.** não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;
- 7.1.8.** não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;
- 7.2.** Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.
- 7.3.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

## **8. Regime de execução**

- 8.1.** A CONTRATADA deverá enviar ao fiscal do contrato por e-mail todos os dados e orientações necessários para utilizar o software, incluindo o link de download e as informações de login no prazo de até 10 dias úteis, a contar da assinatura do contrato.
- 8.2.** Caso a utilização do software seja por meio de navegador, deverão ser fornecidas todas as informações para acesso ao sistema.
- 8.3.** Após o recebimento dos dados informados no item anterior, o fiscal providenciará junto à área requisitante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, os testes de utilização.





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

**8.4.** A CONTRATADA deverá enviar ao fiscal do contrato por e-mail o comprovante de emissão das licenças ou ainda informar o meio por onde essa comprovação poderá ser feita, a exemplo de consoles de administração de licenças no prazo de até 10 dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

**8.4.1.** As licenças deverão ser emitidas em nome do Senado Federal ou para usuários indicados pelos fiscais do contrato.

**8.5.** O prazo de validade das licenças deverá ser de, no mínimo, 12 meses, a contar da data de sua emissão.

**8.6.** Constatadas irregularidades nas licenças entregues, o SENADO poderá:

**8.6.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à Contratada providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

**8.6.2.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a Contratada fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**8.7.** Ao Senado não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

**8.8.** O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

**8.9.** Para os fins no item acima, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

## **9. Condições de recebimento do objeto**

**9.1.** Efetivada a entrega, o objeto será recebido:





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

**9.1.1.** Provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após verificação das quantidades, especificações técnicas contratuais e testes bem-sucedidos de instalação e uso.

**9.1.2.** Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

## **10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual**

**10.1.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**10.1.1.** 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**10.1.2.** 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**10.1.3.** 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**10.2.** As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de contrato.

## **11. Forma de pagamento**

**11.1.** O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo de recebimento definitivo.

## **12. Condições de reajuste**

**12.1.** O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste.

**12.2.** O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) ou, na impossibilidade de se utilizar esse, do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicado que venha a substituí-lo.

**12.3.** O reajuste levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

### **13. Da garantia contratual**

**13.1.** Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso I do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, o valor estimado da contratação se encontra abaixo do valor limite para dispensa de licitação, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia

### **14. Plano de contratações**

**14.1.** O número do item referente ao Plano de Contratações é o 20240218.

### **15. Responsável pela elaboração do TR**

Heitor Oliveira Cortez

Coordenador da Coordenação de Atendimento – (PRODASEN/COATEN)

De acordo.

Ana Valeria Araújo De Assis Monção

Gestora do NGA CTI (DGER/DIRECON/NGACTI)

De acordo.

Gleison Carneiro Gomes

Diretor do PRODASEN (DGER/PRDSTI)





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

## **ANEXO I**

### **1. Especificações técnicas do objeto**

**1.1.** Se local, o software deverá atender às seguintes especificações:

- Compatibilidade com equipamentos:
  - de plataforma Intel 64 bits;
  - com 200 Gb de armazenamento;
  - com 8 Gb de memória RAM;
  - com placa gráfica integrada.
- Compatibilidade com Sistemas Operacionais:
  - Microsoft Windows 10 e Windows 11 e superiores.
- Compatibilidade com Navegadores:
  - Microsoft Edge.
- Compatibilidade com Redes:
  - Ethernet TCP/IP.
- Compatibilidade com Sistema de E-mails:
  - Microsoft Exchange;
  - A autenticação é necessária, conforme documentação oficial do fabricante:
    - <https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/mail-flow-best-practices/how-to-set-up-a-multifunction-device-or-application-to-send-email-using-microsoft-365-or-office-365>
    - <https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/client-developer/legacy-protocols/how-to-authenticate-an-imap-pop-smtp-application-by-using-oauth>





**SENADO FEDERAL**  
**PRODASEN**

- Observações Adicionais:
  - Não serão aceitos softwares com dependência do Internet Explorer, Adobe Flash e tecnologias descontinuadas ou sem suporte;
  - Para integração com outros aplicativos, todos os módulos e licenças devem ser fornecidos sem custo adicional.

**1.1.1.** A base de dados do software deverá ser local e autogerenciada, caso exista. Não serão aceitos softwares que rodam em bases de dados que exigem administração externa, como os SGBDs convencionais de mercado. Justificativa: a utilização de SGBD convencionais em servidores específicos exige administração profissional, o que eleva os custos e a complexidade da contratação. Tem-se conhecimento de ferramenta de mercado que atende a demanda da área requisitante e o seu banco de dados é mantido e gerenciado localmente pela própria aplicação.

**1.2.** As funcionalidades do software deverão compreender no mínimo:

**1.2.1.** Acesso ilimitado aos indicadores do banco de dados.

**1.2.2.** Aplicativo com recursos para transformar os dados, fazer gráficos, análises e projeções.

**1.2.3.** Possibilidade de dados e gráficos serem visualizados e exportados para Word, Excel ou Powerpoint.

**1.2.4.** Importação de dados para atualização automática de planilhas Excel.

**1.2.5.** Ferramentas de econometria para relacionar dados próprios com os indicadores do banco de dados.

**1.2.6.** Realizar consultas a uma ampla base de dados econômicos atualizados, como dados macroeconômicos, setoriais e fiscais. No caso, uma ferramenta para acessar facilmente essas informações e com o dado mais recente disponível ou que permita atualizar facilmente essas informações quando houver atualização ou alteração destas séries. Entre as bases, o programa deve conter, pelo menos:

- Séries de atividade econômica do IBGE (PIM, PMS, PMC) e do Banco Central (IC-BR, IBC-BR).
- Séries com estatísticas de mercado de trabalho do IBGE (PNAD-Contínua ou PMS), Ministério do Trabalho (Caged/Novo Caged).
- Séries com estatísticas de política monetária do Banco Central (Taxa Selic, núcleo da meta de inflação, meta de inflação e séries de taxas de câmbio).







**SENADO FEDERAL**  
**PRODASEN**

- Séries com estatísticas de inflação do IBGE (IPCA, IPCA-15 e INPC) e da FGV (IGP, IPA, IPC, INC e IGP-M).
- Séries com estatísticas de crédito do Banco Central.
- Séries com estatísticas de expectativas de mercado do Banco Central.
- Séries com estatísticas de política fiscal do Tesouro Nacional (resultado primário acima da linha), do Banco Central (resultado primário abaixo da linha/necessidade de financiamento do setor público).
- Séries com estatísticas de dívida pública do Banco Central (dívida líquida do setor público - DLSP e dívida bruta do governo geral - DBGG) e do Tesouro Nacional (estoque da dívida pública, emissão de títulos, indexadores, duração e custo médio).
- Séries com estatísticas de taxas de juros (taxa TR, TJLP, TLP, CDI).
- Séries com estatísticas de contas nacionais do IBGE (PIB, deflator implícito, composição do PIB pelas óticas do dispêndio, produção e renda), Banco Central (estimativa de PIB mensal).
- Séries com estatísticas de economia internacional, com informações do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e FED.

**1.3.** Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATSER
1	7	Unidade	Plano de assinatura de ferramenta de dados econômicos Macrodados ou equivalente para ambiente Windows pelo período de 12 meses para 7 usuários.	26077

## **2. Critérios e práticas de sustentabilidade**

**2.1.** Tendo em vista a natureza do objeto (ou “as condições de prestação do objeto” ou “as especificidades do objeto”) do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.





SENADO FEDERAL  
PRODASEN

**ANEXO II**

**1. Valor estimado da contratação**

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Unidade	7	Plano de assinatura de ferramenta de dados econômicos Macrodados ou equivalente para ambiente Windows pelo período de 12 meses prorrogáveis por até 120 meses.	1.559,00*	10.913,00

\*Valores estimados após pesquisa de preços.

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 10.913,00
----------------------	---------------

